

BLOCO I

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL	02
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	12
DIREITO PENAL – PARTE GERAL	20
DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL	24
LEIS PENAS ESPECIAIS	31
DIREITO PROCESSUAL PENAL	35
DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR	44

DIREITO CONSTITUCIONAL

GRAU DE RELEVÂNCIA DO TEMA

	MUITO IMPORTANTE
	IMPORTANTE
	MÉDIA IMPORTÂNCIA
	RELATIVA IMPORTÂNCIA

NOÇÕES GERAIS

Você encontrará a disciplina de Direito Constitucional, no Bloco I da sua prova. Apresenta grande quantidade de questões (em média 10) e é matéria garantida em qualquer concurso, devendo ser priorizada.

EXPERIÊNCIA

O seu foco deve incidir na letra da Constituição Federal e na jurisprudência do STF. Muitos aspectos doutrinários, porém, têm sido cobrados. Não é necessário (nem factível) mergulhos teóricos aprofundados, mas é importante ter em mente alguns conceitos, sobretudo nos itens iniciais do edital (p. ex., conceito e classificação das constituições; poder constituinte; hermenêutica; República e Federação; Constitucionalismo).

Antes de iniciar seus estudos, é importante:

(1) selecionar os artigos mais importantes em cada título/capítulo da constituição previstos no edital;

(2) identificar as palavras-chave de cada dispositivo selecionado. Diante de normas muito extensas, é fundamental compactar e abreviar;

(3) Preparar forma de consultar a jurisprudência mais relevante e atualizada do STF, sobretudo os informativos;

(4) Selecionar um manual à sua disposição para enfrentar tópicos que necessitam de melhor compreensão sistemática e teórica.

COMO ESTUDAR

Em uma reta final, além da leitura da Constituição e da jurisprudência do STF, um bom manual pode ser útil.

PRIORIZE:

- ✓ Leitura estratégica da Constituição Federal;
- ✓ Jurisprudência do STF mais recente;
- ✓ Consulta a manual de sua preferência

CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, ELEMENTOS, HISTÓRIA E CONSTITUCIONALISMO. PODER CONSTITUINTE. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL. A ORDEM CONSTITUCIONAL VIGENTE. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS. REPÚBLICA E FEDERAÇÃO.

● Tema muito importante, e que tem sido cada vez mais cobrado. Embora seja a parte mais teórica, não é viável ao concursando, sobretudo em reta final, perder-se em divagações doutrinárias. Sugerimos a consulta de algum manual, resumo e fixar/anotar/memorizar alguns conceitos-chave.

Neste ponto do edital, é necessário que o candidato tenha algumas noções bem consolidadas, tais como:

- ✓ *Conceitos e marcos históricos do constitucionalismo brasileiro, sem se perder em divagações teóricas;*
- ✓ *Conceito de neoconstitucionalismo;*
- ✓ *Lembrar o conceito e as classificações das constituições em geral;*
- ✓ *Conceitos básicos de hermenêutica constitucional e métodos e princípios da interpretação;*
- ✓ *Preâmbulo como parâmetro de controle;*
- ✓ *Leitura e natureza do ADCT;*
- ✓ *Poder Constituinte: tema doutrinário. Mas não se perca em aprofundamentos teóricos, mas conceitos básicos, como o tema da nova constituição e ordem jurídica anterior, recepção; desconstitucionalização, etc.*

- ✓ *Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais: memorize a classificação de José Afonso da Silva e decisões do STF sobre o tópico.*

POR SE TRATAR DE ITEM MAIS TEÓRICO, A LEITURA DA LETRA DA CONSTITUIÇÃO NÃO É O MAIS IMPORTANTE AQUI

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS. BENS DA UNIÃO.

 Sem dúvida um dos itens mais cobrados nas provas objetivas de Magistratura Federal. Foco na leitura dos artigos relacionados e muita jurisprudência. Aqui não tem muita teoria, salvo conceitos de competência exclusiva, comum, privativa e concorrente.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os artigos da Constituição Federal relacionados à competência federativa e bens da União;*
- ✓ *Os conceitos de competência exclusiva, privativa, comum e concorrente;*
- ✓ *Competência concorrente e competência da União para normas gerais;*
- ✓ *A farta jurisprudência do STF sobre conflitos de competência entre os entes da Federação;*
- ✓ *Os bens da União de acordo com o art. 20 da CF e a jurisprudência do STF.*
- ✓ *Atenção para as decisões do STF sobre competência federativa e questões ligadas à pandemia da COVID-19.*

Artigos mais cobrados: 20 a 26, e ART. 30.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO. SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO. UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS. AUTONOMIA FEDERATIVA E INTERVENÇÃO.

Este tópico perpassa por alguns conceitos teóricos, muitos artigos da Constituição e diversas decisões do STF. Tratamos de forma apartada, acima, o tema da Repartição de Competências e bens da União, pela sua destacada importância nos concursos.

 Consideramos de média importância, em termos de probabilidade de ser perguntado, os pontos mais teóricos e a organização dos demais entes federativos (Estados, DF e Municípios). A leitura dos artigos e a compreensão de conceitos é o suficiente.

● O ponto da **autonomia federativa e intervenção federal** (ou estadual) tem importância maior. Além da letra da CF, há relevantes decisões do STF a respeito.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Conceito de Estado, seus elementos, Federação e formas de Estado; evolução no Brasil.*
- ✓ *O que é a União e sua dupla personalidade.*
- ✓ *Foco em autonomia federativa e intervenção federal e estadual.*
- ✓ *Peculiaridades do Distrito Federal, sobretudo em concurso do TRF1.*

Artigos mais cobrados: 1º A 4º; 18 A 36; E 43

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

● Apesar de coincidir em boa parte com tópicos de direito administrativo, como princípios da administração pública e servidores públicos, é cobrado com certa frequência na prova de direito constitucional.

Sugerimos a leitura dos principais artigos. Como o tema é estudado também em direito administrativo, talvez seja mais interessante aprofundar esse tópico quando do estudo do direito administrativo mesmo.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre Administração Pública.*
- ✓ *Atenção para as mudanças na previdência do servidor público com a Reforma da Previdência (EC 103/19), inclusive artigos da própria emenda (que não se encontram no corpo da CF).*
- ✓ *Jurisprudência do STF sobre o tema (que deve ser aprofundada em direito administrativo).*
- ✓

Artigos mais cobrados: 37 a 42 e EC 103/19.

PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS

● Tema de grande importância, com destaque para as atribuições do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal; imunidades dos congressistas; Comissão Parlamentar de Inquérito; processo legislativo; e atribuições do Tribunal de Contas.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre Poder Legislativo.*
- ✓ *As orientações do STF sobre esse tema, principalmente imunidades, CPIs, processo legislativo e Tribunais de Contas.*
- ✓ *Atenção para a jurisprudência do STF sobre mutação constitucional e limites das emendas constitucionais, poder de iniciativa de leis, medidas provisórias, poderes das CPIs, imunidade parlamentar e prescrição envolvendo decisões do TCU.*

Artigos mais cobrados: 44 a 75;

PODER EXECUTIVO

● Destaque para as atribuições e responsabilidade do Presidente da República, crimes comuns e de responsabilidade, impeachment e poder regulamentar. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre Poder Executivo.*
- ✓ *Noções gerais de presidencialismo x parlamentarismo; república x monarquia*
- ✓ *As orientações do STF sobre esse tema, principalmente sobre os limites do poder regulamentar do Presidente, crimes comuns e de responsabilidade e impeachment, afastamento de parlamentar para ocupar cargo de ministro e consequências em relação à imunidade e foro especial, julgamento de ministro que comete crime comum e de responsabilidade, imunidade penal relativa do Presidente e prisão, foro privilegiado do Presidente, Vice e Ministros.*
- ✓ *Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: basta a leitura da CF (arts. 89 a 91).*

- ✓ Artigos mais cobrados: 76 a 91;

PODER JUDICIÁRIO.

 Sem dúvidas tema de enorme importância. Além da leitura da Constituição, importante saber a jurisprudência do STF sobre organização do Judiciário, competência para iniciativa de leis, garantias e deveres dos juízes, autonomia do Judiciário e poderes do CNJ. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre Poder Judiciário.*
- ✓ *As orientações do STF sobre competência dos tribunais para iniciativa de leis, controle do Judiciário e CNJ, prerrogativas, deveres e vedações dos Juízes, autonomia financeira e administrativa do Judiciário, poderes do CNJ, precatórios (atenção para a EC 113/21)*
- ✓ *Foco na Justiça Federal, Conselho da Justiça Federal, LOMAN (LC 35/79) e Lei Orgânica da Justiça Federal (Lei n. 5.010/66)*

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

 Importante a leitura da CF sobre o Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública*
- ✓ *As orientações do STF sobre os poderes desses órgãos, bem como sobre o CNMP*

Artigos: 127 à 135.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES

 Este é um dos pontos **mais cobrados na prova objetiva**, normalmente mais de duas questões. Merece destacada prioridade do candidato, especialmente a jurisprudência do STF e os artigos da CF. Atenção ainda para os marcos históricos do controle de

constitucionalidade no Brasil, como p. ex. qual Constituição introduziu o controle da Constitucionalidade, quando foi restabelecida a Justiça Federal de 1º grau e quando foi introduzida a ADC. Cabe ainda um estudo sobre as principais formas de controle de constitucionalidade e os principais ordenamentos jurídicos que representam essas formas, bem como sobre a origem de cada espécie de controle (difuso e concentrado) no mundo.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre controle de constitucionalidade.*
- ✓ *As orientações do STF sobre o tema.*
- ✓ *Os marcos históricos do controle de constitucionalidade no Brasil*
- ✓ *Os sistemas de controle de constitucionalidade no mundo e a origem das principais espécies: controle difuso e concentrado*
- ✓ *O que é a jurisdição constitucional*
- ✓ *Sobre controle de convencionalidade*
- ✓ *Reserva de plenário no controle difuso pelos tribunais*
- ✓ *Legislação de regência das ações constitucionais: Lei n. 9.868/99 (ADIn e ADC); Lei n. 9.882/99 (ADPF); Lei n. 12.562/11 (representação interventiva)*
- ✓ *Inconstitucionalidade x não recepção (revogação) de lei contrária à Constituição*
- ✓ *Emenda inconstitucional e impossibilidade de inconstitucionalidade da norma constitucional originária*

Artigos mais cobrados: ARTS. 5º, LXXI, LXXII, § 3º; 52, X; 97; 102, I, ‘a’ e ‘p’; III, § 2º, 103; 125, § 2º; 129, IV. LEI N. 9.868/99; LEI 9.882/99 e LEI N. 12.652/11

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

● Aqui basta a leitura da Constituição e da jurisprudência mais representativa. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre o tema, principalmente estado de defesa e estado de sítio.*
- ✓ *Sobre a competência das polícias e o que é a Força Nacional*

- ✓ *Julgados sobre Forças Armadas e Polícias, cabimento de HC contra punições disciplinares e direito de greve, taxatividade ou não dos órgãos de segurança pública, atribuições da Polícia Federal, sobre as polícias municipais*
Artigos 136 a 144.

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

 O candidato precisa dominar este tema. Atenção para evolução histórica dos direitos fundamentais, tratados de direitos humanos, proteção multinível, controle de convencionalidade, dimensões dos direitos fundamentais, colisão e ponderação de direitos. Aqui é farta a jurisprudência do STF. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF sobre o tema.*
- ✓ *A evolução histórica e as dimensões dos direitos fundamentais*
- ✓ *Direitos fundamentais x direitos humanos*
- ✓ *Tratados internacionais de direitos humanos e controle de convencionalidade*
- ✓ *Abertura do rol do art. 5º da CF*
- ✓ *Colisão entre direitos fundamentais e regras de ponderação*
- ✓ *Direitos e garantias fundamentais*
- ✓ *Jurisprudência do STF sobre o tema, que é farta*
- ✓ *Atenção para o “tema da hora”: liberdade de expressão e de reunião x discurso do ódio, fake news, terrorismo e crimes contra o Estado de Direito; liberdade de imprensa e censura judicial*

Artigos 5º a 17.

TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO. FINANÇAS PÚBLICAS

 O trecho relacionado à tributação consideramos de relativa importância, pois coincide em grande parte com o direito tributário e será questionado nessa matéria. Basta ler a CF. Os julgados deverão ser estudados em direito tributário.

 O tema do orçamento e finanças tem uma importância maior, notadamente sobre a emenda do Teto de Gastos, “Orçamento de Guerra” e contingenciamento de despesas (embora tais temas possam ser cobrados em direito financeiro)

É necessário que o candidato saiba:

✓ *Os principais artigos da CF sobre o tema e as emendas constitucionais mais recentes*

✓ *Jurisprudência do STF sobre o tema*

✓ *Estude a emenda do Teto de Gastos*

Artigos 145 a 169

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

 A Ordem Econômica tem sido cada vez mais cobrada em concursos para magistratura federal. Tema sempre em evolução, com farta jurisprudência do STF e assuntos relacionados à Justiça Federal, como a questão dos recursos minerais e jazidas e petróleo.

É necessário que o candidato saiba:

✓ *Os principais artigos da CF sobre o tema*

✓ *Jurisprudência do STF sobre o tema*

Artigos 170 a 191

ORDEM SOCIAL: SEGURIDADE, SAÚDE, PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. COMUNICAÇÃO SOCIAL. MEIO AMBIENTE. FAMÍLIA, CRIANÇA, JOVEM, ADOLESCENTE E IDOSO. ÍNDIOS

São temas mais específicos, que normalmente a leitura da CF é suficiente. Sua importância é classificada da seguinte forma:

 Os temas da Seguridade Social, Previdência e Assistência Social são tratados com mais profundidade em direito previdenciário. Aqui basta ler a CF.

● O ponto da Saúde Pública, sim, tem destacada importância, especialmente a judicialização da saúde e a jurisprudência do STF sobre o tema.

● Educação, cultura, desporto, ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente. família, criança, jovem, adolescente e idoso – todos podem ser estudados com a leitura da Constituição e alguma jurisprudência do STF. Cultura e Meio Ambiente são tratados com mais profundidade em direito ambiental.

● O ponto da comunicação social merece atenção, diante das polêmicas crescentes envolvendo liberdade de imprensa, direito de crítica, direito à intimidade e privacidade, limites à liberdade de imprensa, censura, *fake news* e discurso do ódio. Atenção para as decisões do STF a respeito.

● O tópico dos direitos dos índios, claro, devem ser priorizados para concursos federais, diante da competência da Justiça Federal a respeito. Além da leitura da CF, importante ter conhecimento, pelo menos, da jurisprudência do STF sobre direito indígena. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ ***Os principais artigos da CF sobre os temas***
- ✓ ***Jurisprudência do STF relacionada***
- ✓ ***Atenção para o tema da judicialização da saúde e jurisprudência do STF e STJ***
- ✓ ***Atenção para questões relacionadas à liberdade de imprensa e seus limites***
- ✓ ***Foco ainda no direito indígena e jurisprudência do STF.***

Artigos 193 a 232.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

GRAU DE RELEVÂNCIA DO TEMA

	MUITO IMPORTANTE
	IMPORTANTE
	MÉDIA IMPORTÂNCIA
	RELATIVA IMPORTÂNCIA

NOÇÕES GERAIS

Você encontrará a disciplina de Direito Previdenciário no Bloco I da sua prova. A quantidade de questões ainda é incerta (entre 5 e 10, conforme concursos mais recentes), mas acreditamos que será algo entre esses extremos. É um dos pilares do concurso para a Magistratura Federal.

EXPERIÊNCIA

O seu foco deve incidir na letra da Constituição Federal e na jurisprudência do STJ e STF, bem como em artigos das Leis n. 8.212 e 8.213/91. Importante atentar para a Reforma da Previdência (EC 103/19), não apenas o texto alterado da CF, mas a própria emenda.

Antes de iniciar seus estudos, é importante:

- (1) selecionar os artigos mais importantes da Constituição e da legislação;
- (2) Preparar forma de consultar a jurisprudência mais relevante e atualizada do STF e STJ;
- (3) Se necessário, selecionar um manual ou resumo à sua disposição para enfrentar tópicos que necessitam de melhor compreensão sistemática e teórica.

COMO ESTUDAR

Em uma reta final, além da leitura da Constituição e da legislação, é indispensável conhecer a jurisprudência do STF e STJ.

PRIORIZE:

- ✓ Leitura estratégica da Constituição Federal e lei de regência;
- ✓ Jurisprudência do STF e STJ mais recente

SEGURIDADE SOCIAL EM GERAL

● Tema de grande relevância, por ser a base constitucional do direito previdenciário. O candidato deve memorizar os artigos da CF a respeito e a jurisprudência; saber a distinção entre seguridade, previdência e assistência social; bases de financiamento; princípios específicos; sistemas de previdência (capitalização x repartição); sistema especial de inclusão previdenciária.

Uma consulta a um manual ou resumo pode ser interessante, sem se perder em aprofundamentos teóricos. O tema de saúde pública pode ser questionado aqui, em direito constitucional ou administrativo. Deixamos para tratar desse tópico com mais vagar em direito constitucional.

Neste ponto do edital, é necessário que o candidato conheça:

- ✓ ***Conceitos básicos de seguridade, assistência e previdência***
- ✓ ***Sistemas de previdência (capitalização x repartição)***
- ✓ ***Princípios específicos previdenciários***
- ✓ ***Sistema especial de inclusão previdenciária***
- ✓ ***Bases de financiamento***
- ✓ ***Artigos relacionados da CF e jurisprudência***

Artigo 194 a 204

FINANCIAMENTO E CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

● Tópico bastante questionado, que tangencia também o direito tributário. Será mais bem analisado em direito tributário, na parte de contribuições sociais. De todo modo, importante uma leitura da CF, dos principais artigos da Lei 8212/91 e da jurisprudência do STF e STJ.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os artigos da Constituição Federal relacionados ao custeio da Seguridade Social;*
- ✓ *Principais artigos da Lei 8212/91;*
- ✓ *Jurisprudência do STJ e STF*
- ✓ *Conhecer o conceito de salário-de-contribuição e verbas que integram e não integram*
- ✓ *Saber sobre o orçamento da Seguridade Social*

Artigos: 149, 195, 165, § 5º, III, 167, XI, 201, 204, 239, 240. Lei 8212/91

PREVIDÊNCIA SOCIAL. MODELOS. REGIME GERAL. REGIME PRÓPRIOS. REGIMES ESPECIAIS. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

● A maior parte das questões se relaciona mesmo com o regime geral e a Lei 8213/91.

● O regime próprio relaciona-se com o regime previdenciário dos servidores públicos, que foi profundamente alterado pela última Reforma da Previdência (EC 103/19). Pode ser questionado em direito previdenciário ou direito administrativo.

Deve o candidato saber:

- ✓ *A diferença entre regime geral e regime próprio;*
- ✓ *Sobre regime próprio: artigos da CF e da EC 103/19;*
- ✓ *Princípios que regem o direito previdenciário, especialmente o tempus regit actum, direito adquirido a regime previdenciário e a benefício previdenciário e retroatividade das normas previdenciárias (há muita jurisprudência sobre o tema)*

Artigos: 40.

PARA AS FORÇAS ARMADAS: ART. 142, § 3º, X.

Lei 8213/91. EC 103/19

RELAÇÃO JURÍDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FILIAÇÃO. INSCRIÇÃO. PERÍODO DE CARÊNCIA. SEGURADOS E DEPENDENTES. QUALIDADE DE SEGURIDADE: MANUTENÇÃO E PERDA. PERÍODO DE GRAÇA.

 Tema prioritário. Candidato deve atentar para as espécies de segurados, os beneficiários e dependentes e qualidade de segurado. Foco no segurado especial. Atentar para inscrição e filiação.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *O que é filiação e inscrição no Regime Geral*
- ✓ *Período de carência*
- ✓ *Espécies de segurados e rol de dependentes*
- ✓ *Qualidade de segurado: manutenção, perda e o período de graça*
- ✓ *Estude os artigos da Lei 8213/91 sobre esses temas e a jurisprudência do STF e STJ*

Lei 8213/91, ARTS: 10 A 17; 24 A 27-A

CÁLCULO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. SALÁRIO DE BENEFÍCIO. LIMITES. FATOR PREVIDENCIÁRIO. RENDA MENSAL INICIAL. VALOR TETO. REAJUSTES. REVISÕES.

 Tais itens também são de grande importância. Cabe estudar bastante as regras de todos os benefícios e suas peculiaridades. Atenção às mudanças recentes na pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-doença (alta programada). Atenção ainda sobre a decisão do STF sobre a “Revisão da Vida Toda” (Tema 1102).

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da Lei 8213/91 sobre tais temas.*
- ✓ *A jurisprudência do STJ e STF a respeito, com destaque para a decisão sobre “Revisão da Vida toda” (STF, Tema 1102)*

✓

ARTIGOS: 28 a 41.

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. PROVA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE FILIAÇÃO. ATIVIDADE RURÍCOLA E O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. CONTAGEM RECÍPROCA. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ESPÉCIES. REGRAS DE TRANSIÇÃO. BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS.

● Assunto de grande relevância para a prova e para a prática judiciária da Justiça Federal. Destaque para atividade rural e economia familiar. Vale repetir: memorize bem as regras dos benefícios, requisitos e beneficiários, e suas peculiaridades.

Cuidar mudanças empreendidas pela Reforma da Previdência (EC 103/19) e pela legislação mais recente. Saber sobre benefícios programados e não programados, regras de cumulação e contagem recíproca. Saber ainda sobre os benefícios assistenciais (LOAS e auxílio-inclusão)

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF e da Lei 8213/91 sobre tais temas*
 - ✓ *A jurisprudência do STF e STJ a respeito*
 - ✓ *Atenção para o tempo rural em regime de economia familiar, prova do tempo de contribuição e alterações promovidas pela EC 103/19 e legislação recente*
- Benefícios assistenciais, LOAS (Lei 8742/93) e auxílio-inclusão de pessoa com deficiência (Lei 14.176/21)*

PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CONCESSÃO. SUSPENSÃO. CANCELAMENTO. REESTABELECIMENTO. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. ABONO ANUAL. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.

● Tais temas, na linha dos anteriores, entram no contexto de importância dos benefícios do Regime Geral. Segue a necessidade de memorizar regras de benefícios, com destaque para hipóteses de reavaliação de benefícios, inclusive concedidos judicialmente. Saber os benefícios que fazem jus ao abono previdenciário. Conhecer ainda decisão recente do STF e STJ sobre prescrição e decadência dos pedidos de concessão e revisão de benefícios. Importante o estudo da desaposentação e reaposentação.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os principais artigos da CF e da Lei 8213/91 sobre tais temas.*
- ✓ *Jurisprudência do STJ e STF, com destaque para decisão sobre prescrição e decadência dos pedidos de concessão e revisão de benefícios, desaposentação e reaposentação*

SERVIÇO SOCIAL. HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

 Tema de importância relativa. Foco na leitura da lei. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os dispositivos da Lei 8213/91 sobre os temas.*

PROCESSO PREVIDENCIÁRIO: ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

 O processo administrativo não tem muita cobrança para concurso da magistratura federal. O candidato tem de atentar para algumas questões como: data da entrada do requerimento, necessidade de prévio requerimento e justificativa administrativa.

 O processo judicial previdenciário é mais relevante, inclusive o estudo dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01). Temas como autores e réus, instrução probatória, execução invertida, RPV, juros moratórios, honorários, fungibilidade dos pedidos, entre outros. Atenção para alterações promovidas pela Lei 14.331/22.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Dispositivos legais sobre o processo administrativo e judicial*
- ✓ *Jurisprudência sobre o tema*
- ✓ *Atenção para alterações promovidas pela Lei n. 14.331/22*

PREVIDÊNCIA PRIVADA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

 Tema de média importância. Deve ser estudado o art. 202 da CF; entidades abertas e fechadas; distinções quanto ao órgão responsável pelo controle; conceitos básicos da LC 109 (aberta/fechada, patrocinadora/instituidora). Ações sobre complementação de aposentadoria. É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os artigos da CF sobre o tema*
- ✓ *A jurisprudência do STF e STJ*
- ✓ *A LC 109/01*

BENEFÍCIOS ESPECIAIS

 Tema de relativa importância. Devem ser estudados os requisitos dos principais benefícios: ex-combatentes, ex-ferroviários, anistiados e seringueiros. Vale conhecer a jurisprudência do STF e STJ sobre tais temas.

É necessário que o candidato saiba:

- ✓ *Os requisitos principais e a jurisprudência básica sobre esses benefícios, com prioridade para anistiados.*
- ✓ *Leitura dos artigos do ADCT relacionados (arts. 8º, 9º, 53, 54 e 54-A)*

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

GRAU DE RELEVÂNCIA DO TEMA

	MUITO IMPORTANTE
	IMPORTANTE
	MÉDIA IMPORTÂNCIA
	RELATIVA IMPORTÂNCIA

EXPERIÊNCIA

As questões que abordam a Parte Geral do Direito Penal em concursos para a Magistratura Federal caracterizam-se pela amplitude horizontal dos temas, que passam tanto pela “letra da lei” do Código Penal, pela jurisprudência do STF e do STJ, como também por temas doutrinários que, por vezes, podem se apresentar bastante densos.

Especificamente no concurso do TRF1, parece que podemos estabelecer um norte. Isso porque nenhum dos examinadores integrantes da banca divulgada dedica-se, academicamente, à pesquisa do Direito Penal. Encontramos alguma intimidade com a matéria penal no membro suplente Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Procurador da República, que, segundo informações públicas, já integrou o Grupo Organizado de Atuação Especial contra o Crime Organizado do MPF na Paraíba (GAECO-MPF/PB) e já foi presidente do Conselho Penitenciário na Paraíba.

Esse fato nos permite antever uma menor probabilidade de questões doutrinárias envolvendo a teoria do Direito Penal. Por outro lado, são maiores as chances de questões mesclando texto de lei, jurisprudência atualizada e aplicabilidade prática do conhecimento, o que já é tradição da organizadora FGV. Teoria do crime, aplicação da pena e extinção da punibilidade são temas merecedores de especial atenção.

CONCEITO DE DIREITO PENAL. ASPECTOS HISTÓRICOS. DOCTRINAS E ESCOLAS PENAIS.



Importância relativa. Não deve ser sua prioridade no estudo de reta final.

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL



Tema de média importância. Saber em especial princípio da intervenção mínima, legalidade, anterioridade e insignificância, com os requisitos jurisprudenciais.

- ✓ Aula do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

APLICAÇÃO DA LEI PENAL



Consideramos de média importância. Aulas do JusFederal e complementar estudo com leitura de doutrina indicada.

Artigos 1º a 12ª, do Código Penal

DO CRIME



É necessário que o candidato saiba:

- ✓ Dominar os temas previstos nos artigos 13 a 25 do Código Penal. Leitura dos artigos do Código Penal, aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

Os aspectos doutrinários estão desdobrados nos itens abaixo. ARTIGOS: 13 A 25, Código Penal.

TEORIA DO CRIME. ASPECTOS DOCTRINÁRIOS. CONCEITOS DE CRIME. CAUSALISMO, FINALISMO, FUNCIONALISMO. DIREITO PENAL DO INIMIGO. TEORIAS DO NEXO DE CAUSALIDADE. IMPUTAÇÃO OBJETIVA.



São temas doutrinários. Conceitos de crime. Causalismo, finalismo, funcionalismo. Direito penal do inimigo. Teorias do nexo de causalidade. Imputação objetiva.

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

TIPICIDADE.

- São temas doutrinários. Formal e material. Tipicidade conglobante.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

DOLO, CULPA E PREDERDOLO

- Culpa consciente. Consumação e tentativa. Atenção para a consumação do roubo e furto, conforme a jurisprudência do STJ.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

ANTI JURIDICIDADE (ILICITUDE)

- Causas de exclusão (estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito)
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

CULPABILIDADE

- Aspectos teóricos. Imputabilidade. Potencial consciência da ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. Erro de tipo e erro de proibição. Aspectos teóricos. Aberratio ictus, aberratio criminis.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

CONCURSO DE PESSOAS

● Tema importante. Aspectos teóricos. Circunstâncias comunicáveis. Autor e partícipe. Teoria da acessoriedade limitada. Domínio do fato e domínio da organização. Casos que não admite coautoria e/ou participação.

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

DAS PENAS

● Tema importante. Espécies de Pena: Privativa de liberdade, regimes. Penas restritivas de direitos. Multa. Atenção para os aspectos teóricos das finalidades da pena (teorias absolutas, relativas; prevenção geral e especial; retributiva, etc).

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.
- ✓ Artigos 32 a 52, do Código Penal

APLICAÇÃO DA PENA

● Atenção para os aspectos jurisprudenciais.

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.
- ✓ Artigos 59 a 76, do Código Penal.

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

● Livramento Condicional. Artigos 77 a 90, do Código Penal.

EFEITOS DA CONDENAÇÃO

● Atenção para o confisco alargado previsto no art. 91-A. Artigos 91 e 92, do Código Penal.

REABILITAÇÃO

- Tema de relativa importância. Artigos 93 a 95, do Código Penal.

MEDIDAS DE SEGURANÇA

- Tema de relativa importância. Artigos 96 a 99, do Código Penal.

AÇÃO PENAL

- Tema de relativa importância. Artigos 100 a 106, do Código Penal.

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

- Atenção especial para a jurisprudência sobre prescrição.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL

GRAU DE RELEVÂNCIA DO TEMA

	MUITO IMPORTANTE
	IMPORTANTE
	MÉDIA IMPORTÂNCIA
	RELATIVA IMPORTÂNCIA

EXPERIÊNCIA

Não há como estudar todos os crimes da parte especial, de modo que alguns devem ser priorizados, tais como: crimes patrimoniais, crimes contra a administração pública, crimes previdenciários, crimes contra o estado democrático de direito. Sem falar é claro, na legislação penal especial, analisados à parte.

Antes de iniciar seus estudos, é importante:

- (1) selecionar os artigos mais importantes em cada título/capítulo da constituição previstos no edital;
- (2) identificar as palavras-chave de cada dispositivo selecionado. Diante de normas muito extensas, é fundamental compactar e abreviar;
- (3) Preparar forma de consultar a jurisprudência mais relevante e atualizada do STF, sobretudo os informativos;
- (4) Selecionar um manual à sua disposição para enfrentar tópicos que necessitam de melhor compreensão sistemática e teórica.

CRIMES CONTRA A VIDA

 Importância relativa, embora não se possa descartar completamente a possibilidade de serem cobrados na prova, não devem ser sua prioridade no estudo.

- ✓ Artigos 121 a 128, do Código Penal

LESÕES CORPORAIS. PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE E RIXA

● Importância relativa, embora não se possa descartar completamente a possibilidade de serem cobrados na prova, não devem ser sua prioridade no estudo. Artigos 129 a 137, do Código Penal

CRIMES CONTRA A HONRA

● Importância relativa, embora não se possa descartar completamente a possibilidade de serem cobrados na prova, não devem ser sua prioridade no estudo. Artigos 138 A 145, do Código Penal.

CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

● Tema muito importante, em razão das recentes alterações legislativas dos crimes de perseguição (art. 147-A do CP, introduzido pela Lei 14.132/2021) e violência psicológica contra a mulher (art. 147-B, introduzido pela Lei nº 14.188/2021), embora não sejam, em regra, da competência da Justiça Federal.

Merecerão sua especial atenção os crimes previstos no art. 149 (redução à condição análoga à de escravo) e 149-A (tráfico de pessoas transnacional), ambos de competência federal.

- ✓ Atenção para os aspectos jurisprudenciais.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.
- ✓ Artigos 146 A 149-A, do Código Penal

CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO E DA CORRESPONDÊNCIA

● Importância relativa, embora não se possa descartar completamente a possibilidade de serem cobrados na prova, não devem ser sua prioridade no estudo.
Artigos 150 e 151, do Código Penal

CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DOS SEGREDOS

 Tema importante, em razão do novo art. 154-A do CP, introduzido pela Lei nº 14.155/2021.

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada. Artigo 154-A, do Código Penal

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

 Tema muito importante.

Atenção para a consumação do roubo e furto, conforme a jurisprudência do STJ.

Atenção ao furto mediante fraude e por meio de dispositivo eletrônico ou informático (art. 155, § 4º-B, introduzido pela Lei 14.155/2021).

Atenção também o art. 168-A, da competência da Justiça Federal.

Atenção para o art. 171, com ênfase no estelionato previdenciário (aspectos jurisprudenciais).

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada. Artigo 155 a 180-A, do Código Penal.

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

 Tema importante, especialmente em relação à hipótese do art. 184, § 2º, quando houver transnacionalidade da conduta, pois se trata de hipótese de competência federal.

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.
- ✓ Artigo 184, do Código Penal.

CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

 Tema importante.

Não há necessidade de se preocupar com os detalhes dos tipos penais, porém é importante saber as hipóteses em que a competência será da Justiça Federal (jurisprudência).

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.
- ✓ Artigos 197 a 207, do Código Penal.

CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

 Importância relativa, embora não se possa descartar completamente a possibilidade de serem cobrados na prova, não devem ser sua prioridade no estudo.

- ✓ Artigos 213 a 226, do Código Penal.

PROMOÇÃO DA MIGRAÇÃO ILEGAL

 Tema importante, por se tratar de crime da competência federal, introduzido pela Lei nº 13.445/2017.

- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.
- ✓ Artigo 232, do Código Penal

CRIMES DOS ARTIGOS 233 A 266

 Reduzida importância para concursos federais.

CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

 Tema importante, especialmente o art. 273 e o art. 273, § 1º-B, este da competência da justiça federal quando verificada a transnacionalidade da conduta.

Foco na internalização de medicamentos em desacordo com a lei.

- ✓ Atenção aos entendimentos jurisprudenciais.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.
- ✓ Artigo 273, do Código Penal.

CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

 Tema importante.

- ✓ Leitura dos artigos 286 a 288-A. Leitura do texto de lei.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

MOEDA FALSA

 Tema importante, por se tratar de crime da competência da Justiça Federal. Leitura do texto de lei e conhecimento da jurisprudência.

- ✓ Aspectos jurisprudenciais, falsificação grosseira, insignificância, repasse de nota falsa recebida.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

FALSIDADES DOCUMENTAIS

 Especial atenção ao art. 297 e seus parágrafos 3º e 4º (atenção para a tipicidade da conduta na não anotação de vínculo em CTPS). Atenção também para os artigos 299 e 304, bem como os principais entendimentos jurisprudenciais.

OUTRAS FALSIDADES

 Fraudes em certames de interesse público (art. 311-A).

- ✓ Basta a leitura da lei.
- ✓ Artigos 306 a 311, do Código Penal.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO



Tema muito importante.

Atenção especial para os artigos 312, 313-A e 313-B, 316 e parágrafos, 317, 318 e 319; 327 e parágrafos.

- ✓ Atenção aos entendimentos jurisprudenciais.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR



Tema muito importante.

Atenção especial aos artigos 333, 334, 334-A, 337-A e parágrafos.

- ✓ Atenção aos entendimentos jurisprudenciais.
- ✓ Aulas do JusFederal ou leitura de doutrina indicada.

CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA



Tema de média importância. Basta a leitura da lei.

- ✓ Artigos 337-B a 337-D, do Código Penal.

CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



Tema de média importância. Basta a leitura da lei.

- ✓ Artigos 337-E a 337-P, do Código Penal.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

 Tema de média importância. Basta a leitura da lei. Especial atenção ao art. 338, da competência da Justiça Federal e 342 (falso testemunho), especialmente as hipóteses de competência da Justiça Federal.

CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

 Tema de relativa importância.

Embora não se possa descartar completamente a possibilidade de serem cobrados em uma prova da magistratura federal, não devem ser sua prioridade no estudo de reta final.

- ✓ Artigos 359-A a 359-H, do Código Penal.

CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

 Tema importante, por se tratar de lei nova e a maioria das condutas ser da competência da Justiça Federal. Foco na letra da lei.

- ✓ Artigos 359-I a 359-T, do Código Penal.

LEIS PENAIS ESPECIAIS

GRAU DE RELEVÂNCIA DO TEMA

	MUITO IMPORTANTE
	IMPORTANTE
	MÉDIA IMPORTÂNCIA
	RELATIVA IMPORTÂNCIA

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – 13.869/19

 Importância média. Leitura da Lei.

LEI DOS CRIMES HEDIONDOS – 8.072/90

 Tema importante. Leitura da lei e entendimentos jurisprudenciais. Crimes hediondos e equiparados. Atenção às alterações promovidas pela Lei Anticrime.
✓ Leitura da lei. Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada.

LEI DAS ARMAS – 10.826/03

 Tema importante.
Saber os crimes, especialmente em relação ao tráfico transnacional de armas. Atenção às alterações promovidas pela Lei Anticrime.

LEI DE TORTURA – 9.455/97

 Tema de média importância. Leitura da lei.

LAVAGEM DE CAPITAIS – 9.613/98

 Tema muito importante.
Além da letra da lei e jurisprudência, são necessários alguns conhecimentos doutrinários, como por exemplo em relação às fases da lavagem, geração das leis de lavagem e disposições do GAFI.

- ✓ Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada.

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – 8.13790

 Tema muito importante. Atenção especial aos crimes dos artigos 1º e 2º, entendimentos jurisprudenciais, Súmula Vinculante 24 e seus efeitos, suspensão e extinção da pretensão punitiva.

- ✓ Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada.

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

 Tema muito importante.
Atenção à letra da lei e entendimentos jurisprudenciais. Foco na gestão temerária, gestão fraudulenta e evasão de divisas. Dolar cabo e crimes envolvendo criptoativos.

- ✓ Atenção para a alteração promovida pela Lei 14.478/22 no art. 1º.
Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada.

CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS - 6.385. art 27-C a 27-F

 Tema importante. Leitura da lei. Saber a hipótese de competência federal com base no inciso IV do art. 109 da CF (STJ).

- ✓ Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada.

LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – 12.850/13

 Tema muito importante.
Atenção ao crime de integrar organização criminosa e aos meios especiais de obtenção de prova previstos na lei.

- Bastante jurisprudência relevante, especialmente em relação à colaboração premiada.
✓ Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada.

LEI DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS - 9.296/96



Tema muito importante.

Leitura da letra da lei e entendimentos jurisprudenciais. Atenção às alterações promovidas pela Lei Anticrime.

- ✓ Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada.

LEI DE DROGAS – 13.343/06



Tema importante.

Atenção para os crimes, meios de obtenção de prova, aspectos processuais penais e persecução patrimonial.

- ✓ Foco na letra da lei e entendimentos jurisprudenciais.
- ✓ Aulas do JusFederal ou bibliografia indicada

CRIMES PREVISTOS NA LEI Nº 8.176/91



Importância média. Atenção especial ao art. 2º, da competência da Justiça Federal.

LEI Nº 9.099/95



Tema de média importância.

Foco nos institutos da transação penal e suspensão condicional do processo.

CRIMES DE GENOCÍDIO – 2.889/56



Tema de média importância. Leitura do texto de lei. Conceito de genocídio.

CRIMES DO ECA PRATICADOS PELO INTERNET – 8.069/ 90



Tema muito importante. Leitura da lei e jurisprudência.

Especial atenção aos artigos 241-A e seguintes. Hipótese de competência federal quando verificada a transnacionalidade.

CRIMES AMBIENTAIS – 9.605/98



Tema de relativa importância. Atenção às hipóteses de competência federal (jurisprudência). Responsabilidade penal da pessoa jurídica.

LEI ANTITERRORISMO – 13.260/16



Tema de relativa importância. Atenção às hipóteses de competência federal (jurisprudência).

CRIMES CONTRA AS TELECOMUNICAÇÕES - art.70 da leiº 4.117 e 183 da lei nº9.472



Tema importante, por serem da competência da Justiça Federal. Saber o entendimento jurisprudencial a respeito da configuração de cada uma das condutas e aplicabilidade do princípio da insignificância.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

GRAU DE RELEVÂNCIA DO TEMA

	MUITO IMPORTANTE
	IMPORTANTE
	MÉDIA IMPORTÂNCIA
	RELATIVA IMPORTÂNCIA

EXPERIÊNCIA

As questões de Processo Penal em concursos para a Magistratura Federal caracterizam-se pela amplitude horizontal dos temas, que passam tanto pela “letra da lei” do Código de Processo Penal, pela jurisprudência do STF e do STJ, como também por temas doutrinários, por vezes, densos.

Especificamente no concurso do TRF1, da banca divulgada, nenhum dos examinadores dedica-se, academicamente, à pesquisa do Direito Processual Penal. Encontramos alguma intimidade com a matéria penal no membro suplente Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Procurador da República, que, segundo informações públicas, já integrou o Grupo Organizado de Atuação Especial contra o Crime Organizado do MPF na Paraíba (GAECO-MPF/PB) e já foi presidente do Conselho Penitenciário na Paraíba.

Esse fato nos permite antever uma menor probabilidade de questões doutrinárias envolvendo a teoria do Direito Processual Penal. Particularmente, apostamos em questões mesclando texto de lei, jurisprudência atualizada e aplicabilidade prática do conhecimento, o que já é tradição da organizadora FGV. Alguns temas merecem sua especial atenção, conforme destacado neste mapa de calor.

PRINCÍPIOS NO PROCESSO PENAL

● O tema relativo aos princípios pode ser cobrado juntamente com outras questões, envolvendo, por exemplo, provas no processo penal.

Com relação ao princípio acusatório, que orienta o sistema acusatório, especial atenção para as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 (Lei anticrime), que reforçou o instituto em nosso CPP (muito importante no ponto das cautelares diversas da prisão e prisão preventiva). Especial atenção para as jurisprudências envolvendo os princípios. Princípio inquisitivo e acusatório (sistema inquisitório e acusatório).

Leitura da lei, jurisprudência e aulas do JusFederal.

Um manual de confiança pode ser usado neste ponto. Especial atenção para: presunção de inocência, direito a não incriminação (*nemo tenetur*), identidade física do juiz, contraditório e ampla defesa, juiz natural, promotor natural, livre convencimento motivado.

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

● Aplicação da lei processual penal no tempo (art. 2º), aplica-se desde logo e não retroage (*tempus regit actum*). Atenção para as jurisprudências envolvendo as alterações da lei anticrime. Interpretação da lei processual penal (art. 3º): interpretação extensiva e aplicação analógica. Jurisprudência sobre boa-fé no processo penal e *perpetuatio jurisdictionis*.

✓ Leitura da lei, jurisprudência e aulas do JusFederal. Um manual de confiança pode ser usado neste ponto.

JUIZ DAS GARANTIAS

● Embora esteja com a eficácia suspensa pelas ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.306 (j. 22/01/2020). Leitura dos artigos 3º-A a 3º-F do CPP e aulas do JusFederal.

FASE INVESTIGATÓRIA (INQUÉRITO POLICIAL E PIC)

● Tema muito importante e de alta incidência.

Conhecer as atribuições da Polícia Federal (art. 144 CF e Lei n 10.446/2002).

A respeito do inquérito, além do texto do CPP, é importante conhecer a jurisprudência sobre a dispensabilidade, extensão do contraditório e da ampla defesa, prerrogativas do defensor/ advogado; *notitia criminis*, *delatio criminis* e procedimento para que seja válida a denúncia anônima (verificação de procedência de informação); valor probatório e vícios do inquérito (nulidade da ação penal?); sigilo no inquérito; investigação de autoridades com prerrogativa de função; tramitação direta do inquérito policial; arquivamento.

Declínio e conflito de atribuições entre membros do Ministério Público (competência para dirimir segundo o STF).

Poderes requisitórios das autoridades investigativas e o que dispensa autorização judicial; compartilhamento de informações sigilosas.

Whistleblowing (arts. 4-A a 4-C da Lei 13.608/2018).

✓ Aulas do JusFederal e leitura da lei. Um livro especializado é recomendável neste ponto.

ACÇÃO PENAL (art.24 a 62 do CPP)

Com relação à ação penal, saber a classificação e os principais aspectos da ação penal pública (condicionada e incondicionada) e privada. Recomenda-se a leitura do texto da lei. Requisitos da denúncia e da queixa, prazos.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP)

Destaque para o art. 28-A e seus parágrafos, tema muito importante. Com relação ao ANPP, além do texto da lei, foco especial nas jurisprudências que interpretaram o instituto e que serão abordadas no curso do JusFederal: inexistência de direito subjetivo do investigado; possibilidade de o MP deixar de oferecer mesmo que presentes os requisitos; contraditório e ampla defesa na rescisão; controle interno do órgão revisor em caso de recusa; impossibilidade de o judiciário analisar o mérito da recusa; retroatividade do ANPP.

ACÇÃO CIVIL (ART.63 A 68)

Ler com atenção os artigos do CPP. Casos em que a decisão penal faz coisa julgada no cível. Ler em conjunto a fixação de quantum indenizatório pelo juiz (art. 387, IV, CPP) e a jurisprudência sobre fixação de dano moral e seus requisitos.

COMPETÊNCIA CRIMINAL

● Este é, realmente, um dos temas mais importantes nos concursos da magistratura federal.

Atenção para: competência em razão da matéria; competência em razão da pessoa (requisitos do STF na QO – AP 937 e exceções); prerrogativa de foro na sucessão de mandatos e mandatos cruzados; prerrogativa de foro aplicada à Justiça Federal.

Competência territorial; regras gerais do CPP; competência territorial e fraudes bancárias; novidade introduzida pela Lei nº 14.155/2021; competência territorial na internalização ilícita de mercadorias envolvendo o comércio eletrônico e o serviço postal; competência territorial no tráfico de drogas (cancelamento da súmula 528 do STJ); competência territorial nos crimes cometidos fora do território nacional e em navios e aeronaves.

Conexão e continência (Súmula 122 do STJ); *perpetuatio jurisdictionis* (atenção para os casos de absolvição, desclassificação e extinção da punibilidade em relação ao crime federal).

Efeitos dos atos praticados por juiz incompetente; efeito prodrômico da sentença penal.

Matérias excluídas da competência federal (contravenções penais, crimes militares; crimes eleitorais e atos infracionais); conexão entre crimes eleitorais e crimes federais.

Competência criminal da Justiça Federal. Análise de casos importantes extraídos da jurisprudência. Especialização de varas federais criminais.

Julgamento colegiado por juízes de primeiro grau.

✓ Leitura da lei, jurisprudência e aulas do JusFederal. Um livro de confiança pode ser usado neste ponto.

QUESTÕES PREJUDICIAIS (ART.92 A 94)

● Leitura da letra da lei (arts. 92 a 94). Prejudiciais homogêneas e heterogêneas; obrigatórias e facultativas.

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES: EXCEÇÕES: ASPECTOS GERAIS (ART.95 A 111)

● Leitura da lei (arts. 95 a 111): suspeição; incompetência de juízo; litispendência; ilegitimidade de parte; coisa julgada. Leitura também do art. 112 (incompatibilidades e impedimentos)

CONFLITO DE JURISDIÇÃO (ART.113 A 117)

● Leitura da lei (arts. 113 a 117)

RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS E MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ART.118 A 154)

● Leitura da lei e jurisprudência: casos de arresto, sequestro e hipoteca legal. Atenção para as novidades trazidas pela Lei nº 13.964/2019 (inserção do art. 124-A, 133 e 133-A, por exemplo). Hipóteses de alienação antecipada de bens (art. 144-A).

INCIDENTE DE FALSIDADE E INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ART.145 A 154 DO CPP)

● Tema de relativa importância para concursos federais. Basta a leitura da lei.

PROVAS

● Tema muito importante para o concurso da magistratura federal. Atenção para o texto de lei e muita jurisprudência importante.

✓ *Sistemas de apreciação da prova; ônus da prova; limites à iniciativa probatória do juiz; cadeia de custódia da prova; terminologia das provas (prova*

direta, indireta e semiplena; meios de prova e meios de obtenção de prova); indícios.

✓ *Provas em espécie no CPP: atenção especial para: interrogatório (direito ao silêncio; condução coercitiva); depoimento da vítima (atenção especial para os novos artigos 400-A e 474-A do CPP); prova testemunhal (art. 212); jurisprudência a respeito da ausência do membro do MP na audiência; reconhecimento de pessoas (texto de lei e jurisprudência do STJ). Obs. Busca pessoal e busca domiciliar serão trabalhados na aula de prisão em flagrante.*

✓ *Provas ilegais: provas ilícitas e ilegítimas; regime de inadmissibilidade das provas ilícitas (exclusionary rule); prova ilícita por derivação; limites à exclusão das provas ilícitas; provas invasivas e não invasivas.*

✓ *Encontro fortuito de provas (serendipidade); prova empestada.*

✓ *Interrogatório e extensão do direito ao silêncio.*

✓ *Determinação de fornecimento de dados e aplicação de astreintes no processo penal.*

✓ *Meios especiais de obtenção de prova: ação controlada, infiltração de agentes e agente encoberto.*

✓ *Sigilos: Lei n° 9.296 (interceptação telefônica e do fluxo de dados telemáticos); requisitos; teoria do juízo aparente e fundamentação per relationem.*

✓ *Captção ambiental (Art. 8°-A da Lei n° 9.296).*

✓ *Acesso a dados cadastrais (desnecessidade de autorização judicial).*

✓ *Acesso a dados telemáticos (Lei n° 12.965/2014). Acesso ao conteúdo de mensagens de aplicativos de comunicação. Jurisprudências importantes.*

✓ *Geolocalização e prova no processo penal. Entendimentos do STJ.*

✓ *Aspectos penais do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do COAF e da Requisição de Movimentação Financeira da Receita Federal. Compartilhamento de informações para fins penais.*

Leitura da lei, jurisprudência e aulas do JusFederal. Um livro de confiança pode ser usado nestes pontos.

PRISÃO EM FLAGRANTE E AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

● Leitura da lei (arts. 301 a 310, § 4° do CPP). Flagrante facultativo e obrigatório; flagrante realizado por guardas municipais; natureza jurídica e espécies de flagrante (flagrante próprio, impróprio e presumido); flagrante em crime permanente (jurisprudências relevantes); extensão do conceito de fundadas razões; inviolabilidade de domicílio; denúncia anônima e

ingresso em residência; flagrante forjado, esperado e postergado; flagrante cataléptico; busca pessoal; busca e apreensão em veículo.

Audiência de custódia: Res. 213/2015; jurisprudências relevantes.

Leitura da lei e aulas do JusFederal.

CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO



Leitura dos artigos 282 (e parágrafos), 317 a 320 do CPP.

Cautelares pessoais: requisitos para o cabimento; impossibilidade de decretação de ofício; revogabilidade e substitutividade; contraditório; fundamentação concreta; poder geral de cautela; cautelares em espécie.

- ✓ Leitura de lei e aulas do JusFederal.
- ✓ Atenção também para o tema “liberdade provisória, com ou sem fiança”. Leitura dos artigos 321 a 350 do CPP.

ASPECTOS PENAIIS DA LEI MIGRAÇÃO (LEI N°13.445/2017)



Atenção para a extradição (arts. 81 a 99), em especial prisão para extradição; transferência de execução da pena (art. 100); transferência de pessoa condenada (art. 103).

- ✓ Leitura da lei e aulas do JusFederal.
- ✓

SUJEITO DO PROCESSO. AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART.251 A 281)



Tema de média importância. Leitura da lei.

ATOS PROCESSUAIS. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (ART.351 A 372)



Atenção especial para o art. 366 do CPP (correlacionar com sua não aplicabilidade à Lei de lavagem de capitais). Leitura da lei.

INTERDIÇÕES E MEDIDAS DE SEGURANÇA (ART.373 A 380)



Tema de relativa importância. Leitura da lei.

SENTENÇA (ART.381 A 392)



Atenção especial para *emendatio* e *mutatio libelli* (arts. 383 e 384 do CPP); sentença absolutória e condenatória (arts. 386 e 387 do CPP); prisão quando da sentença (art. 387, § 1º) e detração (art. 387, § 2º). Leitura da lei.

PROCEDIMENTO COMUM E ESPECIAL TRIBUNAL DO JÚRI



Embora não se possa excluir a possibilidade de questões cobrando procedimentos, na análise de “custo x benefício” da reta final esta não deve ser a sua prioridade, pois são muitos artigos e baixa probabilidade de incidência.

De todo modo, se a sua organização de tempo permitir, vale a leitura da lei.

Leitura da lei: do processo comum: (artigos 394 a 405); Tribunal do júri: artigos 406 a 497); crimes de responsabilidade dos funcionários públicos (arts. 513 a 518); crimes de calúnia e injúria (arts. 519 a 523); crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530-I); procedimento sumário (arts. 531 a 538).

Vale conferir os procedimentos da Lei nº 9.099, da Lei de Drogas (Lei 11.343/06) e da competência originária (Lei nº 8.038/90).

NULIDADE (ART.563 A 573)



Leitura da lei e jurisprudência direcionada. “Nulidade de algibeira”.

RECURSOS (ART.574 A 667)



Noções gerais; princípios recursais; *reformatio in pejus*; efeito prodrômico; recursos em espécie. Jurisprudência do STF e do STJ sobre recurso extraordinário e recurso especia

l.

HABEAS CORPUS MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL

- Tema importante. Leitura da lei e jurisprudência.

SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

● Critérios para a inclusão e transferência; procedimento bifásico; procedimento abreviado de inclusão emergencial; extensão da cognição realizada pelo juiz federal; prazo de permanência e prorrogações. Atenção para as alterações promovidas pela Lei 13.964/2019.

Leitura da Lei 11.671/2008 e Decreto 6.049/2007 e aulas do JusFederal. Um livro de confiança pode ajudar na compreensão do tema.

EXECUÇÃO PENAL

● Atenção para as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019.
Execução de penas pela Justiça Federal. Hipóteses. Execução da pena de multa. Transferência de execução de pena e transferência de pessoas condenadas.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

● Relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras. Carta rogatória, homologação de sentença estrangeira. Cooperação por auxílio direto. Convenção de Palermo, Convenção de Mérida e Convenção de Viena contra o tráfico de drogas.

Difusão vermelha (*Red notice*). Equipes conjuntas de investigação.

- ✓ Aulas do JusFederal.

JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL

● Colaboração premiada, ANPP, transação penal e suspensão condicional do processo.

- ✓ Leitura da lei e atenção especial para as jurisprudências sobre os temas, especialmente colaboração premiada.
- ✓ Aulas do JusFederal.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

GRAU DE RELEVÂNCIA DO TEMA

	MUITO IMPORTANTE
	IMPORTANTE
	MÉDIA IMPORTÂNCIA
	RELATIVA IMPORTÂNCIA

NOÇÕES GERAIS

A análise destas disciplinas começa com a identificação do número de possíveis questões relacionadas ao tema.

A incidência ocorrerá ao final do Grupo I, que tem 35 questões e é composto por Direito Constitucional, Direito Previdenciário, Direito Penal e Processual Penal. A experiência tem revelado que estas quatro disciplinas antecedentes consomem mais de trinta questões dentro do grupo, restando, normalmente, três questões para serem distribuídas entre Direito Econômico e de Proteção ao Consumidor.

A nossa aposta para o próximo concurso do TRF1 é específica: duas questões para Direito Econômico e uma para Direito do Consumidor.

Dentro de Direito Econômico, existem dois temas que se destacam dos demais: o Direito Concorrencial ou Antitruste e a Ordem Econômica na Constituição.

DIREITO CONCORRENCIAL (LEI Nº12.529/11)

 Esta lei tem 5 temas mais evidentes em seu interior: estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (primeiras duas dezenas de artigos); Infrações da Ordem Econômica (art. 31 e ss.); procedimentos administrativos (art. 48 e ss.); institutos típicos (arts. 84 a 87) e atos de concentração econômica (art. 88 e ss.).

É muitíssimo provável a incidência desta lei, que tem mais de cem artigos. Se você tiver que priorizar, recomendamos a estrutura do SBDC e as Infrações da Ordem Econômica. Não

vá para a prova sem o conhecimento firme do artigo 36 e seus desdobramentos, pois é provavelmente o artigo mais importante de toda a lei.

Em relação ao tema da Ordem Econômica na Constituição, o candidato deve priorizar a literalidade dos artigos 170 e seguintes da Constituição, segmento frequentemente chamado de "Constituição Econômica".

DIREITO CONSTITUCIONAL (ART.170) – DIREITO ADMINISTRATIVO) – DIREITO TRIBUTÁRIO- DIREITO CIVIL

● É interessante observar que tais dispositivos constitucionais são de conhecimento estratégico na prova, pois também podem ser objeto de cobrança na parte de Direito Constitucional (art. 170 - princípios), na parte de Direito Administrativo (arts. 173 a 175), na parte de Direito Tributário (arts. 177, 182 e 184) e na parte de Direito Civil (usucapião do art. 183, por exemplo). Merecem estudo adequado.

CONSTITUIÇÃO ECÔNOMICA

● O tema da Constituição Econômica possui um segmento específico denominado Intervenção do Estado na Economia, revelador do ponto de contato entre o Direito Econômico e o Direito Administrativo. Este tema rende muitos debates doutrinários e jurisprudenciais que costumam ser cobrados em provas. Exemplo disso pode ser encontrado na jurisprudência do STF: ADI 2.163 e ADPF 101, entre outros casos. O tema da liberdade concorrencial também vem recebendo importante atenção no STF, a exemplo da decisão que julgou inconstitucionais as leis que proíbem a instalação de estabelecimentos do mesmo ramo em uma mesma área.

ESTADO ENQUANTO AGENTE NORMATIVO E REGULADOR

● Neste ponto, além da adequada compreensão do art. 174 da Constituição, vale a leitura da Lei nº 13.848/19 (Lei das Agências Reguladoras).

LIBERDADE ECONÔMICA (LEI Nº13.874/19)

Também pode ter espaço na sua prova. A última das três questões reservadas para este tópico do conteúdo programático deve incidir sobre Direito do Consumidor.

JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE

O perfil da prova da magistratura federal tende a valorizar mais a jurisprudência predominante, com atenção especial para as teses firmadas no STJ.

TEMAS JULGADOS

Os temas e julgados que dizem respeito ao direito do consumidor na utilização de serviços públicos são candidatos fortes a aparecerem na prova.

SUPERENDIVIDAMENTO (LEI Nº14.181/2021)

Tem envergadura e atualidade suficientes para ser cobrada na sua prova. Essencialmente, ela altera o CDC para inserir a nova disciplina.

- Os demais temas referidos no conteúdo programático podem aparecer em algumas das alternativas desta questão (OMC, GATT, salvaguardas etc.), mas a probabilidade estatística é um pouco menor.